

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.663 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2003

Sarney propõe pena de até 40 anos para assassino de juiz

Projeto do presidente do Senado, José Sarney, estabelece pena de até 40 anos de reclusão para quem cometer crimes contra magistrados, membros do Ministério Público ou policiais. A matéria será analisada em caráter terminativo pela CCJ.

Paulo Octávio tenta evitar que Brasília sedie presídio federal

O senador Paulo Octávio apresentou projeto que restringe a construção de presídios federais de segurança máxima a cidades de até 50 mil habitantes.

PÁGINA 7

PREVIDÊNCIA

Berzoini revela no Senado cinco pontos da reforma

Em debate que mobilizou o Plenário, ministro disse ontem que, embora a discussão ainda se encontre em fase preliminar, há "um certo consenso" sobre o que deve ser alterado



Gerardo Magela

Ao lado de José Sarney (E), o ministro Ricardo Berzoini abriu ontem ciclo de debates com senadores sobre as reformas

PÁGINAS 4 A 6

Números da Previdência Social

INSS (setor privado)

Déficit

R\$ 17 bilhões

Nº de beneficiários

21,1 milhões

Valor das aposentadorias*

R\$ 389,14

Previdência do serviço público

Déficit

R\$ 39,2 bilhões

Nº de beneficiários**

3,2 milhões

Valor das aposentadorias

Entre R\$ 2.272 e R\$ 12.571

* Valor médio

** Inclui União, estados e municípios

Fonte: Ministério da Previdência Social



Célio Azevedo

O embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy (E), participa de audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores

Senadores recebem embaixador do Iraque e condenam a guerra

PÁGINA 3

Nova técnica de fabricação deve facilitar acesso a soro antiofídico

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Tião Viana que obriga a produção de pelo menos 50% das doses de soro antiofídico sob a forma liofilizada (em pó). Isso dispensaria o uso de geladeira para conservação do produto, tornando-o mais acessível nas áreas rurais, justamente as que registram maior número de casos de picadas de cobras.

PÁGINA 8



Célio Azevedo

Com a aprovação na CAS em caráter terminativo, projeto sobre reprodução assistida pode ir diretamente para a Câmara dos Deputados

CAS aprova projeto que proíbe barriga de aluguel

PÁGINA 8



Agaciél Maia disse que há 25 áreas com trabalhos idênticos nas duas Casas do Congresso Nacional

Senado e Câmara se unirão para reduzir custos

Começará pelos setores de comunicação social do Senado Federal e da Câmara dos Deputados uma parceria destinada a reduzir custos nas duas instituições. O acordo foi fechado numa reunião realizada ontem entre os diretores-gerais Agaciél da Silva Maia, do Senado, e Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, da Câmara, com a presença dos diretores das secretarias de Comunicação Social das duas Casas, respectivamente Armando Rollemberg e Márcio Araújo.

— Existem em torno de 25 áreas-chaves com trabalhos idênticos na Câmara e no Senado. Começaremos a parceria pela Comunicação Social — rádio, TV, jornal. Nosso objetivo é minimizar custos para as duas Casas, de forma que possamos nos ajudar mutuamente. Isso é uma decisão dos presidentes das Casas e começamos essa discussão agora — explicou Agaciél Maia.

Ele informou que a implementação da parceria será gradual, de acordo com as especificidades de cada área. Inicialmente, será feito um estudo técnico sobre as possíveis parcerias.

O diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio Contreiras, acredita que, no futuro, toda a sociedade ganhará com a parceria, uma vez que receberá um serviço mais eficiente gerado por uma estrutura mais enxuta e econômica.

Senado estimula população a apresentar sugestões de leis

Se aceitas pelo novo colegiado, propostas encaminhadas pela sociedade serão transformadas em projetos para exame do Congresso Nacional

Os integrantes da Comissão de Legislação Participativa (CLP) elegeram, ontem, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) para a vice-presidência do colegiado, que tem como presidente o senador Magno Malta (PL-ES). Criada em dezembro último, mediante proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) — ministra do Meio Ambiente —, a comissão será um canal para que a população possa apresentar diretamente sugestões de lei ao Senado, a exemplo do que já ocorre na Câmara dos Deputados.

Magno Malta informou que já discutiu com o presidente do Senado, José Sarney, a possibilidade de realização de seminários nas assembleias legislativas estaduais, com a participação de entidades representativas da sociedade, para estimular a formulação de propostas que serão encaminhadas à comissão.

O senador lembrou que, de acordo com a Constituição, para uma proposta de iniciativa popular ser apresentada formalmente



Na reunião de ontem, a CLP elegeu Leomar Quintanilha (E) para a vice-presidência da comissão, que é presidida por Magno Malta

ao exame do Congresso, são necessárias as assinaturas de um milhão de pessoas, aproximadamente. Entretanto, com a criação da CLP, uma entidade pode enviar diretamente suas sugestões, as quais, se aceitas pelo colegiado, serão transformadas em projetos de lei da comissão.

Malta disse que só não acatará pedidos de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e propostas de emenda à Constituição (PECs). Duas sugestões já chegaram à comissão. Uma delas pro-

põe alteração no Código de Processo Civil para dar maior celeridade aos processos. O trabalho foi encaminhado pelo juiz da 9ª Vara Cível de Curitiba (PR), Antonio Ivair Reinaldin, e aguarda a designação de relator.

O senador vai convidar a ministra Marina Silva; o presidente José Sarney e o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, que deu grande apoio para o funcionamento da CLP da Câmara, para participarem da primeira reunião de trabalho da comissão.

Agnelo pede apoio para Estatuto do Torcedor

O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, pediu ontem o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para que o projeto de lei da Câmara que institui o Estatuto do Torcedor possa tramitar o mais rapidamente na Casa. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele também destacou a importância da aprovação da Medida Provisória nº 79, que dispõe sobre o futebol.

— São duas matérias importantes. O Estatuto do Torcedor, que foi aprovado por unanimidade na Câmara, ao mesmo tempo em que

garante um calendário fixo e estável para o futebol, também determina que os estádios funcionem com segurança e oferecendo bons serviços. Já a MP nº 79 organiza o futebol e introduz instrumentos de proteção a esse esporte, como o amparo aos clubes que formam jogadores — explicou Agnelo Queiroz.

Na audiência com José Sarney, o ministro do Esporte também tratou da possibilidade de o Brasil vir a sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Ele informou que o país está se consolidando como

sede, mas que ainda será necessário esperar até 2007, quando a Federação Internacional de Futebol (Fifa) apresentará uma definição formal.

Agnelo Queiroz entende que a realização da Copa do Mundo no Brasil significará a ampliação de investimentos humanos e materiais na estrutura do país.

O ministro observou ainda que um evento dessa magnitude, além de render recursos financeiros, também contribui para a divulgação de uma imagem positiva da nação.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2003

Presidente
José Sarney
10h — Participa da cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. *Salão Nobre do Palácio do Planalto*

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 93/02, dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); votação, em segundo turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); votação, em primeiro turno, da PEC nº 51/01, altera o inciso III do artigo 235 da Constituição federal (aumentar o número de membros nomeados para compor o Tribunal de Contas de estados recém-criados); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (acrescenta aos direitos sociais a alimentação); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/99, dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados; substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao PLS nº 195/99, dispõe sobre o controle do uso da talidomida; entre outros.

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 38/99, altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição federal (regras para demarcação de terras indígenas); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (acrescenta aos direitos sociais a alimentação); primeira sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 36/99, dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados; entre outros.

Quinta-feira
14h30 — Comparecimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci

Sexta-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores condenam guerra contra o Iraque

Na audiência pública das comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara com o embaixador do Iraque, Jarallah Alobaidy, parlamentares repudiam início dos ataques norte-americanos no Golfo Pérsico

Os senadores foram unânimes em condenar a guerra e solidarizar-se com o povo do Iraque, na audiência pública conjunta, das comissões de Relações Exteriores (CRE) do Senado e da Câmara, ontem de manhã, com o embaixador iraquiano no Brasil, Jarallah Alobaidy.

Para Roberto Saturnino (PT-RJ), o uso da violência contra o Iraque envergonha o mundo. Ele acredita que as dúvidas sobre as armas do Iraque não justificam a decisão dos Estados Unidos de ir à guerra unilateralmente. “Essa atitude afronta a Humanidade e a Organização das Nações Unidas (ONU)”, afirmou.

Líder do PSDB, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou que o Brasil tem posição única com relação ao conflito no Iraque. Ele elogiou a atuação do presidente Lula da Silva e do chanceler Celso Amorim na condução da política exterior do país sobre a questão do Iraque:

– Lula fala pelo país e por nós da oposição também. Somos solidários ao povo



Solidariedade dos parlamentares ao povo iraquiano marcou audiência na CRE

americano com relação ao terrorismo, mas somos contrários ao unilateralismo que impõe uma ética aos outros povos do planeta – disse Arthur Virgílio, para quem o Brasil vai se afirmar como uma das lideranças pacifistas do mundo moderno.

Na opinião do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), da mesma forma que a ONU funcionou para que suas resoluções fossem cumpridas pelo Iraque, deve funcionar para fazer com que os EUA respeitem as suas resoluções. Ele ressaltou ainda que não

houve uma nação na História recente do mundo que tenha recebido tanta solidariedade como os Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001:

– O país inteiro apóia a posição de Lula e acredita que ainda é hora de lutar pela paz. A ONU deve continuar a se reunir para dizer que a Resolução 1.441 não autoriza o bombardeio ao Iraque, precisa desautorizar a guerra e aprovar uma resolução para que a guerra seja suspensa – declarou.

Vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores no Senado, Marcelo Crivella (PL-RJ) interpreta que, por trás do ataque, existe o interesse de dominação econômica por parte dos EUA. O senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o que há no Iraque não é uma guerra, mas uma invasão.

Ao encerrar a reunião, o presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), disse ao diplomata que irá “continuar com os nossos esforços para que haja paz e o término da guerra o quanto antes”.

Embaixador diz que EUA cobiçam o petróleo e a água potável do país

Falando poucas horas após os primeiros bombardeios de Bagdá, o embaixador Jarallah Alobaidy atribuiu os ataques americanos ao “desejo histórico imperialista de tomar as riquezas do povo iraquiano”, como a segunda maior reserva petrolífera do mundo e os mananciais de água doce.

Alobaidy, que falou em árabe e contou com ajuda de um intérprete, garantiu que o Iraque cumpriu as resoluções da ONU e destruiu a maior parte das armas proibidas. “Falta só uma pequena parcela”, afirmou o embaixador. Na sua opinião, quem teria de demonstrar que ainda há armas a serem destruídas são os especialistas da ONU.

O Iraque, segundo Alobaidy, teme que as sanções econômicas impostas pela ONU depois da invasão do Kuwait não sejam in-

terrompidas e que o povo iraquiano continue sofrendo punições que trazem muitas mortes para a população.

O diplomata agradeceu o apoio de países como França, Alemanha, China, Rússia e Brasil, sugerindo que a maneira mais eficaz de o Brasil ajudar o Iraque é, junto com outros povos do mundo, fazer pressão junto ao governo norte-americano contra a guerra, que “não é legítima, mas sim fruto “da lei da selva”. Alobaidy agradeceu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por seus esforços contra a guerra, baseados, acredita, na tradição pacífica do povo brasileiro.

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), informou que no dia 3 de abril será ouvida a embaixadora dos EUA, Donna Hrinak.

“Não se constrói a paz com desarmamento unilateral”, afirma Heloísa Helena

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse, durante a reunião, que o governo dos EUA não pode exigir o desarmamento e depois atacar um país, como fez com o Iraque:

– Os EUA são a nação que mais investiu em armas e na viabilização de guerras. Não se constrói a paz com desarmamento unilateral. As grandes guerras se instalaram com o desequilíbrio de armamentos – afirmou.

Para a senadora, a ONU já funcionou muitas vezes como organismo subordinado aos interesses americanos, mas a guerra foi deflagrada contra a opinião dominante no Conselho de Segurança. Ela destacou que muitas ditaduras sangrentas foram financi-

adas pelos EUA, algumas delas nas nações árabes, que receberam tecnologia, armas químicas e dinheiro para “combater o comunismo”:

– Se não falarmos quando a rosa do jardim do vizinho é roubada, perdemos o direito de falar quando o roubo é no nosso – declarou.

De acordo com Heloísa Helena, os EUA só conhecem a linguagem da soberania e da força, por isso as nações do mundo têm que se unir e dar um basta à campanha bélica norte-americana.



Heloísa Helena: EUA financiaram ditaduras anticomunistas



João Capiberibe sugeriu boicote brasileiro aos produtos americanos



Hélio Costa diz que EUA e Iraque são vítimas de dois ditadores



Lúcia Vânia: povo e autoridades do Brasil estão unidos pela paz

Críticas aos americanos e esperança na retomada das negociações diplomáticas

O senador João Capiberibe (PSB-AP) sugeriu ontem, durante a reunião das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara com o embaixador iraquiano, que, diante da impotência dos brasileiros frente à guerra, o país adote gestos simbólicos e possíveis, como o boicote aos produtos americanos.

– Poderíamos deixar de tomar Coca-Cola e de frequentar o McDonald's. Nossa juventude tem que compreender que é hora de sinalizar com um gesto pela paz – propôs.

Capiberibe solidarizou-se com as vítimas da invasão ao Iraque e observou que o ataque dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha não conta com a chancela da Organização das Nações Unidas, por isso se caracteriza como invasão.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), por sua vez, afirmou que os povos iraquiano e norte-americano são vítimas de dois ditadores, por isso estão agora envolvidos em um conflito de proporções inimagináveis. “A guerra não se faz sozinha, há culpa dos dois lados”, frisou. “Saddam

Hussein é um ditador que se diz eleito sem um voto contrário, o que não existe”, disse o senador. Já o “ditador norte-americano”, comentou Hélio Costa, “provavelmente nem eleito foi”.

O senador elogiou o equilíbrio do governo Luiz Inácio Lula da Silva e a posição oficial do Executivo brasileiro diante da guerra. O Brasil, como recordou, defende a volta das negociações diplomáticas e quer que o Iraque cumpra as resoluções da ONU relativas ao seu desarmamento, que deve ocorrer de forma pacífica e negociada. Ele defendeu que os inspetores deveriam ter mais tempo para fazer seu trabalho, que, na opinião de Hélio Costa, estava dando resultados concretos. Para ele, ainda há espaço para negociação entre Estados Unidos e Iraque.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) prestou solidariedade aos iraquianos e afirmou que o que foi dito pelos senadores é unanimidade no país. A senadora garantiu que as autoridades e o povo brasileiros estão unidos pela paz.

SENADO DEBATE PREVIDÊNCIA

Berzoini apresenta cinco pontos da reforma

Na sua exposição inicial ao debater ontem à tarde com os senadores a reforma da Previdência Social, o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, afirmou que a adoção de cinco mudanças no sistema de aposentadoria do serviço público civil dará à União uma economia de R\$ 52,1 bilhões nos próximos 30 anos.

Em 2004, segundo o ministro, primeiro ano do novo regime, se a reforma for aprovada pelo Congresso, a economia para o Tesouro federal seria de R\$ 1,7 bilhão, crescendo a cada exercício até atingir R\$ 5,5 bilhões de redução de gastos, em 2011. De qualquer forma, a União ainda continuaria gastando com seus aposentados civis, mesmo depois do ano 2032, um total de R\$ 10,3 bilhões por ano. Com os militares inativos, que não serão incluídos na reforma em discussão, o gasto de R\$ 10,9 bilhões neste ano pularia para R\$ 16 bilhões daqui a 30 anos.

Apesar de ainda se travar uma discussão preliminar, Berzoini acha que tem havido “um certo consenso” sobre cinco mudanças na Previdência:

- Exigência de 20 anos de serviço público para que alguém possa pedir aposentadoria (hoje, são dez anos).

- Elevação em sete anos na idade mínima dos funcionários públicos para que tenham direito à aposentadoria – mulher aos 55 anos e homens aos 60 anos.
- Extinção da atual fase de transição para quem chegou ao serviço público até 15/12/98 (mulheres aos 48 anos e homens aos 53 anos, desde que tenham tempo de trabalho para isso), completada pelo limite da pensão (viúva ou filhos menores de 21 anos) a 70% do valor da aposentadoria ou salário do servidor.
- Limitação da aposentadoria ao valor líquido que o servidor recebia na ativa, descontado o Imposto de Renda. Na prática, o funcionário federal terá seu salário reduzido em pelo menos 11% (valor da contribuição previdenciária). Hoje, o valor líquido de quem se aposenta é aumentado 11%, pois ele deixa de pagar a contribuição previdenciária.
- Criação da Previdência Complementar dos funcionários públicos, como prevista no Projeto de Lei Complementar nº 9, em tramitação na Câmara dos Deputados.



Márcia Kallume

Eduardo Azeredo

Novas regras de transição preocupam Eduardo Azeredo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) perguntou ao ministro como será feita a transição do regime previdenciário – que envolveria uma “inevitável supressão de direitos” – e se poderia haver um aumento no tempo de carência para quem seria alcançado pela transição. Segundo Berzoini, em direito previdenciário não existe direito adquirido, apenas expectativa de direito, pois não existe direito antes de estarem completos todos os requisitos da aposentadoria. Em relação ao prazo de carência, o ministro afirmou que a reforma deve ser defensável em todos os seus aspectos.



Waldemar Rodrigues

Efraim Morais

Efraim quer saber se mudanças darão um fim aos privilégios

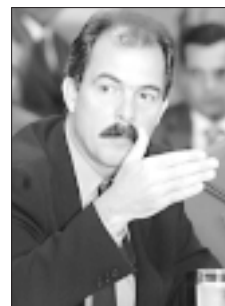
O senador Efraim Morais (PFL-PB) indagou se o governo vai unificar o sistema e se vai pôr fim a regalias e privilégios, como o governo equalizará os gastos, se alterará a idade mínima para aposentadoria e se corrigirá as distorções macroeconômicas, propiciadas pela previdência do setor público.

O ministro Ricardo Berzoini disse que qualquer equívoco nessa reforma vai produzir efeitos por todo o século, e que recebeu mais de 80 representações de militares, magistrados, procuradores e auditores.

Para Mercadante, “mudar é essencial”

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), elogiou a “consistência e profundidade” da análise feita pelo ministro Ricardo Berzoini ontem no Senado. “O país precisa se conscientizar que a reforma da Previdência é essencial não só para a sustentabilidade das contas públicas, mas para se fazer justiça e inclusão social”, assinalou.

Segundo observou, não é possível que 40 milhões de brasileiros continuem à margem do sistema de seguridade social. Para promover a inclusão desse contingente de desassistidos, Mercadante defende que a saída é aumentar o universo de beneficiários, a partir de seu ingresso no mercado de trabalho,



José Cruz

Aloizio Mercadante

lho, e distribuir “com mais justiça e equilíbrio” os recursos disponíveis.

Aloizio Mercadante ponderou que é preciso ser respeitoso com os servidores e sustentou que o governo não vai fazer campanha contra a categoria, pedindo apoio do funcionalismo para as medidas propostas para reequilíbrio do sistema.

Virgílio: PSDB apoiará princípios corretos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), responsabilizou o PT e demais partidos da oposição pelas dificuldades que o governo Fernando Henrique Cardoso enfrentou na tramitação das reformas da Previdência, culminando na impossibilidade de aprová-las. Ele garantiu que o PSDB não pagará na mesma moeda, aceitando ser parceiro das reformas, desde que obedçam a princípios corretos. Virgílio quis saber se Berzoini seria favorável à taxa de servidores inativos.

O ministro respondeu que, pessoalmente, é a favor, por entender que um dispositivo desse tipo não violenta princípios constitucionais. Ressaltou, porém, que a



Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio

pior reforma será aquela que, depois de aprovada, vier a ser contestada no Judiciário.

Ao líder do PSDB, Berzoini disse ser favorável à realização de plebiscito sobre a reforma previdenciária, mas considerou mais útil auscultar a população por meio de pesquisas de opinião específicas sobre os pontos mais polêmicos.

Tião Viana sugere melhorar a renda

Tião Viana (PT-AC) indagou ao ministro se não seria correto se pensar na revigoração do salário-família como forma de melhorar a renda dos trabalhadores de menor poder aquisitivo sem o prejuízo que um aumento do salário mínimo teria nas contas do Regime Geral da Previdência Social.

Berzoini respondeu que a questão do salário mínimo é política. Afirmou que o mínimo ideal seria de R\$ 400, mas que a Previdência não suportaria este valor, já que não receber menos do que o menor salário em vigor foi uma conquista dos aposentados.

Segundo Berzoini, “uma das for-



Roosevelt Pinheiro

Tião Viana

mas é adotar critérios de financiamento do sistema”. Informou que ontem se realizou, em Brasília, seminário internacional sobre modelos de financiamento da Previdência Social. Uma das saídas, segundo o ministro, seria adotar uma contribuição, paga pelas empresas, sobre seu faturamento.



Célio Azeredo

Berzoini (D) e o presidente do Senado, José Sarney: quatro horas de debate

Capitalização está descartada

Ricardo Berzoini disse que o governo desistiu da idéia preliminar de criar no Brasil a previdência de capitalização para empregados privados e servidores públicos simplesmente porque os governos não têm dinheiro para pagar o custo da transição.

O ministro explicou que o sistema de capitalização pretendido pelo governo (cada pessoa teria uma conta própria de seus depósitos) custaria à sociedade praticamente o dobro do Produto Interno Bruto (PIB).

O maior gasto seria dos gover-

nos, que teriam de depositar nas contas dos funcionários tudo o que recolheu de previdência e a sua contribuição patronal, não recolhida. Assim, conforme o ministro, o governo está optando pela solução possível e de menor custo para os cofres federais, estaduais e municipais. Observou que, adotando as medidas agora, a União, os estados e as prefeituras estarão eliminando um problema que só tem crescido, “sem contar que se trata de tornar o sistema previdenciário do país mais justo”.

SENADO DEBATE PREVIDÊNCIA

Governo quer atrair 18,7 milhões de contribuintes potenciais para o INSS



Roosevelt Pinheiro

Sérgio Cabral

Sérgio Cabral cobra fixação de teto para servidores públicos

A instituição de um teto salarial para proventos de servidores ativos e inativos é uma das primeiras medidas a serem tomadas para resolver o problema do déficit da Previdência Social e das contas públicas, avaliou o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), durante o debate no Plenário com o ministro Ricardo Berzoini. Cabral disse que não tem ouvido do governo menção sobre o assunto.

Em resposta, o ministro da Previdência garantiu que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve procurar os chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo para tratar da questão, "que é um desejo da sociedade".



Roosevelt Pinheiro

Antonio Carlos Valadares

Valadares critica governadores que não criaram fundos

"Vossa Excelência, antes de vir aqui, já tinha me convencido", afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) depois de ouvir a exposição do ministro da Previdência. O parlamentar criticou o governo anterior por ter patrocinado uma legislação, não votada pelo senador, para venda de estatais.

Valadares disse que na maioria dos estados "houve depredação dos bens públicos" e que muitos governadores tangeram recursos de vendas de estatais para garantir suas reeleições. Ele também criticou os governadores por não terem criado seus fundos de previdência.

Para o ministro Ricardo Berzoini, o sistema de aposentadorias do INSS não deverá enfrentar maiores problemas no futuro e o atual déficit anual de R\$ 17 bilhões não apresenta tendência de grande crescimento nos próximos anos. No entanto, um fato preocupa o governo: exatamente 40,6 milhões de brasileiros entre 16 e 59 anos não contribuem com o INSS, mas, observou o ministro, "eles um dia vão ficar velhos" e podem precisar de algum tipo de apoio social do Estado.



Roosevelt Pinheiro

Hélio Costa

Hélio Costa atribui déficit a má-gestão e fraudes no sistema

A corrupção, as fraudes e a má-gestão têm grande importância para as dificuldades orçamentárias da Previdência, afirmou o senador Hélio Costa (PMDB-MG), citando estudo da União dos Auditores Fiscais de São Paulo, durante a audiência com o ministro Ricardo Berzoini. De acordo com os dados citados pelo senador, "as fantásticas fraudes, a péssima gestão administrativa e o desvio de recursos da seguridade social para outras finalidades" teriam significado R\$ 51 bilhões a menos no caixa da Previdência.

— O déficit começa em 1994, a total incapacidade de administrar a Previdência começa em 1994 — declarou Hélio Costa.

Berzoini concordou com o diagnóstico que indica graves problemas de gestão na Previdência. Ele salientou, no entanto, que no caso do serviço público, as dificuldades de financiamento têm outra causa. O ministro voltou a defender a mudança do limite mínimo para aposentadoria dos servidores.

Do total de brasileiros fora do sistema previdenciário, somente 18,7 milhões são contribuintes potenciais, ou seja, têm condições financeiras de pagar INSS para garantir o direito a aposentadoria. Os 21,9 milhões que não se enquadram nessa condição, terão de sobreviver de alguma forma na velhice, tendo direito a amparo social apenas ao completarem 67 anos e, mesmo assim, desde que a renda da família fique abaixo de 25% do salário mínimo (R\$ 50 atualmente) por pes-

soa, acrescentou o ministro.

Os potenciais contribuintes serão motivo de campanhas de esclarecimento do governo, mostrando que eles têm de pagar INSS se um dia quiserem se aposentar. O problema existe por causa da grande informalidade do mercado de trabalho no país, conforme dados apresentados aos senadores pelo ministro da Previdência. Em 1990, 57,7% dos trabalhadores do país tinham carteira assinada, percentual que caiu para 45,5% no ano passado.

Em sua exposição no Senado, Berzoini defendeu o aumento real do salário mínimo como uma forma de redistribuição de renda, especialmente para 14 milhões de pessoas que recebem do INSS. Ele afirmou que vem estudando a possibilidade de acrescentar ao reajuste das aposentadorias acima do mínimo (corrigidas pelo INPC) o percentual de aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Berzoini entende que essa é uma das formas de beneficiar os aposentados com o crescimento econômico.

Jucá pede mudança no modelo de assistência social

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) sugeriu que, diante da necessidade de financiamento do regime geral da Previdência, seria oportuna uma revisão da política de subsídios e isenções de entidades filantrópicas. Para ele, essas renúncias previdenciárias são, conceitualmente, assistência social. Disse que deveria haver reformulação e discussão tanto do modelo previdenciário quanto do modelo de assistência social.

— Não é justo, para quem contribui, entrar no mesmo bolo de quem não contribuiu. Esse processo gera distorção do cálculo atuarial — declarou.

Ricardo Berzoini afirmou que, atualmente, com o desequilíbrio entre receita e despesa na Previdência — que vem desde 1996 —, não é razoável dar isenção ou sistema diferenciado para clubes de futebol ou mesmo para instituições filantrópicas.

Segundo o ministro, há um estudo aprofundado, no ministério, para que sejam corrigidas as distorções.



Célio Azevedo

Romero Jucá



Célio Azevedo

Augusto Botelho

Botelho defende inclusão de donas de casa divorciadas

Para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), a Previdência não pode se basear apenas na relação de contribuição e benefício. Ele lembrou que existem pessoas que têm direito ao benefício previdenciário, mas não contribuem, como as donas-de-casa divorciadas. E perguntou ao ministro se essas chefes de família poderiam ter seu direito à aposentadoria reconhecido e ser incluídas na reforma da Previdência.

Berzoini afirmou ser totalmente solidário com a proposta e concordou com a tese de que a Previdência, em seu regime geral, não pode ter um caráter meramente contributivo.

Berzoini disse que aquelas donas de casa fazem parte do processo de organização social, mas não são consideradas como integrantes do rol dos economicamente ativos, o que não as exclui dos que merecem o benefício da aposentadoria.

Ele ressaltou que o governo trabalha com a perspectiva de melhorar a situação econômica.

Demostenes questiona taxaço de servidor inativo

No debate sobre a reforma da Previdência, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) dirigiu ao ministro Ricardo Berzoini quatro questionamentos: se a cobrança previdenciária dos inativos sanaria o déficit; se o setor público poderia oferecer previdência complementar aos servidores; se o governo não deveria dar uma compensação aos servidores, já que não recebem o FGTS; e quem cobriria possível redução da contribuição patronal para o INSS.

Embora seja favorável, em tese, à taxaço dos inativos, Berzoini admitiu haver dúvidas quanto à viabilidade jurídica da medida.

O ministro disse ter "bastante simpatia" por uma previdência complementar administrada pelo Estado. Em contrapartida, não considera adequada a concessão de FGTS para o servidor público, por ser o fundo instrumento de proteção para demissão no setor privado. Sobre a redução da contribuição das empresas, levantou a suspeita de que o ônus da medida recaia sobre o consumidor.



José Cruz

Demostenes Torres

SENADO DEBATE PREVIDÊNCIA

Envelhecimento da população está agravando déficit, afirma ministro



Célio Azevedo

Iris de Araújo

Iris quer melhor atendimento para os idosos

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) defendeu um melhor atendimento, por parte da Previdência Social, aos idosos, que, segundo afirmou, “perdem tempo e energia em interminável vai e volta nos guichês da burocracia”.

Iris lembrou que existe lei dando prioridade de atendimento em processos judiciais aos cidadãos maiores de 60 anos e perguntou se a Previdência não poderia adotar procedimento semelhante.

O ministro Ricardo Berzoini assegurou que o governo quer atender melhor a todos os segurados.

— Estamos promovendo o primeiro concurso público em 18 anos e esperamos que isso seja possível.



Célio Azevedo

Lúcia Vânia

Lúcia Vânia defende ganho para mulheres

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) perguntou ao ministro da Previdência se a proposta de reforma leva em consideração a conquista, para a mulher, do fator previdenciário (o benefício, pelo INSS, aumenta conforme o trabalhador adia sua aposentadoria). Ela ainda ressaltou o esforço feito pelo governo Fernando Henrique para implantar mecanismos de combate à fraude e à sonegação, modernizando o sistema de informática.

Berzoini disse que a Previdência não tem bom sistema de informática. Sobre o fator previdenciário, afirmou que não existe proposta de mudança até o momento.

Os problemas da Previdência no Brasil cresceram nos últimos anos porque o percentual de pessoas mais velhas tem crescido. A cada década, diminui a taxa de nascimentos, ao mesmo tempo que aumenta a expectativa média de vida dos brasileiros. Segundo o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, em apenas dez anos, de 1991 a 2000, houve um aumento de 35,6% no número de pessoas com mais de 60 anos, enquanto o percentual de jovens com até 14 anos subiu

menos da metade — 15,6%.

A taxa de natalidade, que era de 4,4% na década de 50, agora é de 1,4% sobre o total da população. Por sua vez, a expectativa de vida subiu de 66 anos em média em 1991 para 68,9 anos em 2001. Berzoini sustentou que, no mundo inteiro, por conta do aumento da expectativa de vida, as previdências vêm sendo modificadas pelos governos, que não suportam mais seus crescentes déficits previdenciários.

Assim, de acordo com o minis-

tro, não é mais razoável que uma funcionária pública possa se aposentar no Brasil com 48 anos de idade, se tiver trabalhado desde os 18 anos. Essa funcionária, que tem uma expectativa de vida de 72,9 anos (a mulher tem expectativa de vida 7,8 anos a mais que os homens), receberá aposentadoria por 24,9 anos, baseada no último salário da ativa.

Para ele, os problemas serão agravados nos próximos anos se nada for feito agora. Exemplo: a idade média dos funcionários ci-

vis da União está subindo e hoje 44,6% deles têm de 41 a 50 anos e 22,3% de 51 a 60 anos. Ou seja, o número de pedidos de aposentadoria vai subir muito nesta década. Berzoini informou que a idade média das funcionárias públicas é de 54 anos ao pedir aposentadoria, enquanto a dos homens é de 57 anos. Assim, a proposta do governo de fixar em 55 anos e 60 anos (mulheres e homens) a idade mínima para aposentadoria pública não é exigir muito dos servidores, ponderou o ministro.



Jane de Araújo

Antero Paes de Barros

Antero pergunta sobre militares e adoção de teto

Em resposta a Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o ministro Berzoini disse que acha politicamente desejável a adoção de um sistema diferenciado para militares, desde que ele seja harmônico em termos econômicos, com equilíbrio entre contribuições cobradas e benefícios concedidos.

Antero perguntou se a reforma do governo separará benefícios previdenciários dos meramente assistenciais, tirando da Previdência o ônus do pagamento de aposentadorias rurais, caso em que os beneficiados nunca contribuíram para o sistema. Berzoini afirmou sua concordância quanto à desoneração do sistema previdenciário em relação a benefícios meramente assistenciais.

O senador quis saber se o ministro considerava válida a adoção de um teto para servidores públicos, para acabar com o sistema de soma de todos os proventos, que muitas vezes termina em aposentadorias exageradas. Berzoini garantiu que a reforma deverá estabelecer a adoção do teto, escalonado entre as três esferas de poder.

Garibaldi chama atenção para excesso de isenções

Ao final da exposição do ministro da Previdência, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) exprimiu seu sentimento de que há uma vontade política de apoiar a reforma previdenciária. Mas referiu-se às renúncias resultantes de isenções, indagando se o governo reverá isso. Conforme o senador, essa renúncia alcança R\$ 10 bilhões.

Ricardo Berzoini respondeu que, no quadro atual, as renúncias são pouco justificáveis, porque a Previdência tem um desequilíbrio. Ele considerou inadequado que uma instituição em desequilíbrio orçamentário dê isenção. Referindo-se ao Simples (pagamento simplificado de impostos por micro e pequenas empresas), disse que há pressão permanente de empresas para serem incluídas nesse benefício.

— Neste momento está se discutindo isso na Câmara, porque há um movimento desses segmentos, um movimento legítimo. O Simples é um sistema meritório do ponto de vista tributário. Mas o fato é que a Previdência não pode arcar com esse tipo de renúncia numa situação como a de hoje — comentou o ministro.



Célio Azevedo

Garibaldi Alves



José Cruz

Heloísa Helena

Heloísa: servidor pode ficar refém de seguradora privada

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse temer que as propostas de criação de previdência complementar para os servidores públicos possam torná-los reféns das seguradoras privadas.

— Ninguém sabe que mecanismos de controle podem vir — frisou.

Heloísa Helena reafirmou sua posição a favor da manutenção da aposentadoria integral para os servidores, salientando que o sistema pode ser sustentável financeiramente se forem combatidas as fraudes e o Estado contribuir regularmente.

Outro ponto levantado pela senadora, segundo ela necessário para o início de qualquer discussão sobre o assunto, é a fixação de um teto para salários e benefícios no serviço público.

— Se tivéssemos a coragem de discutir o teto logo antes do debate da reforma, já minimizaríamos gastos nos orçamentos públicos — disse.

Em resposta, o ministro afirmou que a contribuição de estados e municípios não evitaria um déficit de pelo menos R\$ 23 bilhões anuais no sistema. Ele observou que é preciso atacar o problema do déficit.

Paulo Octávio questiona impacto do imposto único

O deslocamento da taxa previdenciária das empresas da folha de pagamento para o faturamento e o impacto da possível adoção do imposto único sobre a previdência foram algumas das questões ligadas ao setor levantadas pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) no debate com o ministro Ricardo Berzoini. O parlamentar pefelista também quis saber se há estudos para reajuste dos servidores públicos.

Enquanto o governo analisa alternativas de financiamento do sistema previdenciário pelas empresas, Berzoini disse que mais que onerar ou desonerar alguns segmentos é desejável discutir a repartição do peso contributivo com outros fatores econômicos, como faturamento ou lucro líquido. “Esperamos alcançar uma opção consistente dentro de 30 a 60 dias”, afirmou, acrescentando que essa proposta deve ser inserida na reforma tributária.

Berzoini admitiu nutrir simpatia pela idéia de simplificação tributária, inserida na proposta de emenda à Constituição que dispõe sobre o imposto único, mas explicou não ter elementos suficientes para se posicionar favoravelmente à medida. Em relação ao funcionalismo, informou que nem todas as categorias estão há oito anos sem aumento salarial. “Quem teve maior poder de pressão conseguiu a reestruturação da carreira”, assinalou.

Matador de juiz ou policial pode pegar 40 anos

Projeto do senador José Sarney que duplica a atual pena máxima de reclusão para assassinos de agentes da lei será analisado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar, em caráter terminativo, projeto do presidente do Senado, José Sarney, aumentando para até 40 anos de reclusão a punição para quem cometer crimes contra magistrados, membros do Ministério Público e policiais:

— O autor desse tipo odioso de crime deve saber que estará sujeito a passar na cadeia a maior parte de sua vida, correspondente à possível duração da vida que destruiu — disse Sarney, na justificativa do projeto.

Segundo explicou o senador, atualmente o homicídio comum, previsto no Código Penal, estabelece pena de reclusão de seis a 20 anos, enquanto o homicídio qualificado tem pena de 12 a 30 anos:

— Isso quer dizer que a lei penal admite pena menor para um homicídio qualificado quando fixa a sanção mínima em doze anos, ao lado de 20 anos para o homicídio



Sarney: "Assassinatos de policiais e até de juizes tornaram-se uma afronta ao estado de direito"

comum. Há evidente contradição técnica nesta dosimetria penal, por oferecer a possibilidade de punição branda para o crime qualificado e exasperação do castigo para o crime comum, considerado menos grave pelo próprio tratamento legal — explica Sarney.

Por esse motivo, ele propõe, em seu projeto, que a pena para crimes contra magistrados, membros do Ministério Público e poli-

ciais seja reclusão de no mínimo 20 anos até 40 anos, mesmo que não haja a intenção de intimidar os demais servidores responsáveis pela segurança pública, pelos processos judiciais e pelas execuções penais:

— Os assassinatos diários de policiais, os repetidos homicídios contra membros do Ministério Público e, ultimamente, contra os próprios juizes, tornaram-se hoje uma afronta ao estado de direito. A sociedade clama por severidade nas punições, libertando-se o direito penal do antigo romantismo de sanções que estimulam o aumento dos delitos violentos — afirmou o senador.

O projeto poderá receber emendas na CCJ, que ainda designará um relator para a matéria. Se for aprovado na comissão, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja requerimento de senadores solicitando análise do Plenário do Senado.

Paulo Octávio é contra presídio federal no DF

A instalação de estabelecimentos prisionais federais de segurança máxima em Brasília poderá ser proibida caso seja aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) na quarta-feira. De acordo com a proposta, presídios dessa natureza



Projeto de Paulo Octávio: presídios só em cidades pequenas

só poderiam ser construídos em conglomerados urbanos de, no máximo, 50 mil habitantes. Se a população de uma cidade onde se pretendesse estabelecer uma prisão federal fosse maior do que o limite previsto no projeto, a construção deveria ser feita a uma distância mínima de 20 quilômetros da localidade.

“Presídios de segurança máxima devem ser construídos em áreas

isoladas. Se construídos para abrigar indivíduos nocivos ao convívio social, devem estar localizados em áreas onde haja pouca ou nenhuma possibilidade de fuga, o que, definitivamente, não é o caso de Brasília”, argumenta Paulo Octávio.

O DF pode ser o primeiro lugar do país a manter uma prisão federal de segurança máxima, como anunciou esta semana o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A penitenciária seria construída em um terreno da União localizado próximo à cidade-satélite de Planaltina. Por causa dessa possibilidade, o senador pelo DF também apresentou requerimento convocando o ministro para pres-

tar esclarecimentos no Plenário do Senado sobre a questão.

A instalação de estabelecimentos federais de segurança máxima na capital do Brasil é ilegal, de acordo com Paulo Octávio. Citando a Resolução nº 5, de 19 de julho de 1999, editada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, o senador disse que penitenciárias dessa qualidade devem ser construídas obrigatoriamente em regiões de fronteira ou em zonas de criminalidade violenta. Brasília não se encontra nessas condições, afirma o parlamentar.

Outro fator que poderia tornar a construção de um presídio federal no DF ilegal seria a não observância ao Estatuto das Cidades, acrescentou Paulo Octávio. Pelo estatuto, a população de Planaltina deve ser ouvida em relação à instalação da penitenciária.

João Alberto confia no sucesso do Fome Zero

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) disse que o programa Fome Zero do governo federal vem enfrentando muitas dificuldades para sua implementação, mas em breve deverá ter êxito. “É um programa de longo prazo, duradouro, processual, destinado ao êxito por fugir da contingencialidade, da ação im-



João Alberto: Fome Zero vai dar certo, apesar dos problemas iniciais

petrada apenas para descarga de pressões ou da consciência, um programa que visa à mudança de mentalidades, em benefício de uma solidariedade que se indigna”, afirmou o senador.

Para João Alberto, muitas dificuldades vão surgir no caminho até a implantação do programa, em face de certo ceticismo ou do medo diante de desafios muito grandes. Ele enumerou outras causas das dificuldades pelas quais passa o programa: necessidade de estruturação para instâncias de decisão, necessidade de estradas para a interiorização dos alimentos, entrave da burocracia e até falta de energia nos

pontos de cadastramento das famílias destinatárias.

“Discutir estratégias é válido e necessário para viabilizar idéias e otimizar a aplicação dos recursos disponíveis, mas discutir conceito de pobreza é bizantinismo”, comentou.

Ele citou a frase de um prelado inglês que viveu no século 13, para lembrar que “pobres são os que possuem um ventre, além disso, nada para colocar dentro dele”. O senador lembrou frase do pesquisador brasileiro Josué de Castro (1908-1973), autor do livro *Geografia da Fome*: “Enquanto metade da Humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come”.

José Alberto ressaltou que a fome e a falta de educação encaminham para a morte, tanto do indivíduo como da sociedade, pois provoca revolta e violência, manifestando convicção de que o engajamento de toda a sociedade brasileira vencerá o flagelo da fome no país.

Pobreza atinge 46,1 milhões de brasileiros

Os formuladores do programa Fome Zero estimam que 46,1 milhões de pessoas não tenham renda suficiente para garantir uma alimentação satisfatória. Desses, a maior parte mora em pequenas e médias cidades (23,6 milhões). Veja abaixo o perfil dos beneficiários do Fome Zero:

Onde estão	Quantos são (Em milhões)	Renda mensal (Por pessoa - em R\$)
Áreas metropolitanas	10,4	44,61
Pequenas e médias cidades	23,6	44,45
Áreas rurais	12,1	39,11
Total	46,1	

Fonte: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

Renildo Santana elogia esforço de Sergipe na educação

O senador Renildo Santana (PFL-SE) parabenizou o governador de Sergipe, João Alves, pelo esforço para melhorar a qualidade de ensino para jovens da rede pública do estado. O parlamentar acredita que as medidas adotadas irão diminuir os casos de repetência e elevar a qualidade de ensino.

Com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação, o senador disse que mais de 52% dos alunos da 5ª série do ensino fundamental e 57% dos que frequentam a 1ª série do ensino fundamental no Nordeste estão com a idade acima do apropri-

ado. Segundo ele, essa situação traz consequências indesejáveis não apenas para a integração entre os estudantes, mas para a própria auto-estima do aluno.

Renildo Santana citou medidas tomadas por João Alves para combater o problema, como a inauguração de curso pré-vesti-

bular que atende mais de 2.500 alunos da rede pública de ensino. Na ocasião, o governador afirmou que bolsas de estudo integral seriam concedidas aos 50 primeiros alunos da rede estadual classificados no vestibular 2004 para qualquer universidade privada do estado.



Santana: medidas do governador João Alves devem reduzir a repetência no estado

CAS aprova novas regras para reprodução assistida

Tião Viana, autor do substitutivo acolhido, adianta que lideranças do governo tentarão concluir este ano tramitação da matéria no Congresso

As lideranças do governo no Senado e na Câmara vão se empenhar para que ainda neste ano o Congresso Nacional aprove projeto de lei que trata da reprodução assistida, criando novas regras para a implantação artificial de gametas ou embriões humanos no aparelho reprodutor feminino, com a finalidade de facilitar a procriação.

A informação foi transmitida pelo líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), após a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovar, ontem, parecer de sua autoria ao projeto do ex-senador Lúcio Alcântara que trata desse assunto. Como o projeto é terminativo na CAS, segue direto para apreciação da Câmara dos Deputados, a menos que

haja recurso para que seja examinado pelo Plenário do Senado.

De acordo com o substitutivo, informou Tião Viana, estará sujeita à pena de reclusão de quatro anos e multa qualquer pessoa que praticar a reprodução assistida sem obter o consentimento livre e esclarecido dos beneficiários e dos doadores na forma determinada pela proposta. O texto também veda a clonagem radical, por meio de qualquer técnica.

Tião Viana destacou algumas novidades que a matéria trará caso seja aprovada pela Câmara dos Deputados e sancionada pelo presidente da República, a começar pela implantação de até dois embriões no útero da mãe. Antes, eram permitidos quatro.

A barriga de aluguel (mulher que empresta o seu aparelho reprodutor para gerar filhos alheios) não será mais permitida, segundo informou o senador. O projeto também estabelece que a criança a ser gerada por reprodução assistida tenha o pleno direito de saber quem é o seu pai biológico. Será permitida a doação de gametas e embriões, vedada a remuneração dos doadores e a cobrança por esse material.

O projeto tramita no Senado desde 1999 e, para Tião Viana, sua aprovação pelo Congresso representará "modificações estruturais fortes" nas áreas médica, social, ética e no Direito Civil que, observou, trarão benefícios para o cidadão e sua família.



Comissão de Assuntos Sociais aprova em caráter terminativo projetos sobre reprodução assistida e soro antiofídico

Soro antiofídico pode se tornar mais acessível

Pelo menos 50% das doses de soro antiofídico para uso humano, produzidas e importadas por laboratórios e empresas sediadas no país, deverão estar sob a forma liofilizada (processo de remoção da água, transformando o soro em pó), técnica que dispensa o uso de geladeira para a sua conservação. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou parecer do senador Mão Santa (PMDB-PI) a projeto do senador Tião Viana (PT-AC).

O projeto foi aprovado em caráter terminativo, ou seja, só deverá

ser submetido ao Plenário se houver recurso de pelo menos nove senadores. Sem o recurso, a matéria seguirá para exame da Câmara dos Deputados.

No Brasil, informou Tião Viana, o soro antiofídico — usado para combater o veneno de cobras — é de boa qualidade, mas exige refrigeração para que seja conservado. Segundo ele, esse é o maior problema, uma vez que a maior parte dos acidentes ofídicos ocorre na roça ou no mato, longe, portanto, dos serviços de saúde e de refrigeradores.

Tião Viana observou que a mu-

dança proposta não exigirá investimentos vultosos em equipamentos e instalações. Ele previu que, com cerca de US\$ 500 mil, os três laboratórios brasileiros que produzem o soro antiofídico poderão iniciar a fabricação sob a forma liofilizada.

— Os acidentes ofídicos constituem um problema de saúde pública negligenciado no país. A cada ano registram-se cerca de 20 mil casos e, desses, 110 evoluem para o óbito. A letalidade e a mortalidade são baixas, mas deveriam ser zero — ressaltou Tião Viana.



Conselho de Ética e Decoro Parlamentar define critérios para a sindicância sobre grampo telefônico na Bahia

Conselho vai ouvir delegado sobre escutas clandestinas

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouvirá quarta-feira o delegado da Polícia Federal (PF) Gesival Gomes de Souza, que preside o inquérito policial sobre escutas telefônicas clandestinas na Bahia. O pedido foi feito pelo relator do processo de sindicância no conselho, senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que também solicitou cópia de todos os depoimentos tomados pela PF até o momento.

O relator explicou que o depoimento do delegado e os testemunhos colhidos são informações públicas, pois decisão recente liberou o segredo de justiça do processo. Ele informou que só após tomar conhecimento desse material poderá apresentar um roteiro dos trabalhos, inclusive com o pedido de novos depoimentos ou diligências para esclarecer se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teve alguma participação no episódio. A intenção do relator é concluir os le-

vantamentos em um mês.

O conselho aprovou proposta do presidente do órgão, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), estabelecendo a prerrogativa do relator na definição dos rumos dos trabalhos. Também ficou definido que, em caso de discordância entre o relator e a sugestão de algum membro sobre providências da apuração, o assunto será decidido pelo plenário do conselho.

O vice-presidente do conselho, senador Demostenes Torres (PFL-GO), concordou com a adoção do critério de prioridade para o relator e de decisão final para o colegiado. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Paulo Octávio (PFL-DF), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Rameiz Tebet (PMDB-MS) e Heloísa Helena (PT-AL) elogiaram a decisão. O senador Magno Malta (PL-ES) manifestou preocupação com o cumprimento do prazo.

Senadores já têm à disposição relatório preliminar da PF

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou aos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que já dispõe do relatório preliminar elaborado pela Polícia Federal com as informações colhidas até o momento no inquérito sobre escutas telefônicas ilegais na Bahia.

— Durante esses dois meses em que a PF colheu depoimentos, não descuidei da função de corregedor e tenho cópia dos depoimentos e também do despacho do juiz que dava poder à comissão, indicada pelo Conselho de Ética, para acompanhar



Romeu Tuma é corregedor do Senado Federal

o inquérito na PF — informou Tuma, acrescentando que está de posse ainda dos relatórios da sindicância da Justiça sobre o caso. Ele colocou o material à disposição do conselho.

A comissão era formada pelos senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto Souza (PMDB-MA). Como a composição do conselho é nova, explicou Juvêncio, em resposta à indagação do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o grupo foi extinto, mas o material levantado já foi encaminhado aos membros do colegiado.